

O direito e lógica cap. VI

Hermenêutica jurídica e a lógica cap. VII

Profª Andréia Maricato

Cap. 6

- Lógica e linguagem
- Enunciado e proposição
- Mundos: do “ser” e do “dever ser”
- Modais deônticos: obrigatório, proibido e permitido

Lógica e Linguagem

- Lógica – enquanto ciência, estuda a estruturação e métodos do raciocínio humano – a forma como se dá a estruturação do raciocínio humano.
- Apesar de só serem percebidas onde houver manifestação linguística, elas são construídas, mentalmente, mediante um processo que denominamos “formalização”. Para isto precisamos entender a diferença entre enunciado e proposição.

Enunciado e proposição

- Enunciado – expressão linguística – são sentenças formadas, gramaticalmente estruturadas, com o pretexto de serem significativas de um conteúdo completo.
 - Ex. “o dia está ensolarado”
- Proposição – o significado que construímos a partir da leitura de um enunciado.
 - Ex. “é proibido usa traje de banho”
 - “deve se usar uma roupa mais composta”
 - “não deve se usar roupa alguma”

Mundos: do “ser” e do “dever ser”

- A origem das relações causais-naturais está na experiência com os objetos, na explicação dos fenômenos físicos; nas relações causais-normativas está na vontade da autoridade que as institui.
 - Causalidade natural Ex. uma maçã, ao soltar-se do galho, necessariamente cairá; um homem que subir na árvore, provavelmente cairá’.
 - Causalidade jurídica. Ex: se matar alguém deve ser o cumprimento da pena de X a Y anos.

Mundos: do “ser” e do “dever ser”

- A causalidade é uma relação de causa e efeito que se estabelece entre duas proposições. Assim, não existe causalidade onde não houver linguagem.
- Causalidade física ou natural – “ser” – homem habita em um universo de discurso.
- Causalidade jurídica – “dever ser”, essa mais fácil de enxergá-la (códigos, leis, sentença etc).
- A origem das relações causais-naturais está na experiência com os objetos, na explicação dos fenômenos físicos; nas relações causais-normativas está na vontade da autoridade que as institui.

Modais deônticos

- Modais deônticos: obrigatório, proibido e permitido
- Obrigatório
 - Ex. efetuar o pagamento de um tributo; entregar mercadoria comprada, é certo que tais condutas não estão proibidas e não está permitido deixar de realiza-la.
- Proibido
 - Ex. aplicar pena de morte, tortura, fazer discriminação entre raças, sabendo que tais condutas não estão permitidas e que não realização delas é obrigatória.
- Permitido
 - Ex. casar é uma conduta facultativa, é permitido casa, como é permitido não casar.

Cap. 7 Hermenêutica jurídica e teoria dos valores

- Hermenêutica – teoria da interpretação – a interpretação se dá quando o intérprete atribui sentido a interpretação. O percurso gerador de sentido é o OBJETO de estudo da hermenêutica jurídica.
- Interpretar – atribuir valores aos signos, adjudicar-lhes significações e por meios destas referências aos objetos.
- A interpretação dos textos jurídicos se dá por duas correntes jurídicas em razão de partirem de premissas diferentes, uma parte da teoria da consciência e outra da teoria da linguagem.

Teoria da Consciência

- O conhecimento se dava pela relação do homem com o objeto e a linguagem era utilizada unicamente como forma de transmissão do conhecimento
 - Ex. o homem trazia o objeto para cabeça dele e depois usava a linguagem para identificar a construção.

Teoria da Linguagem

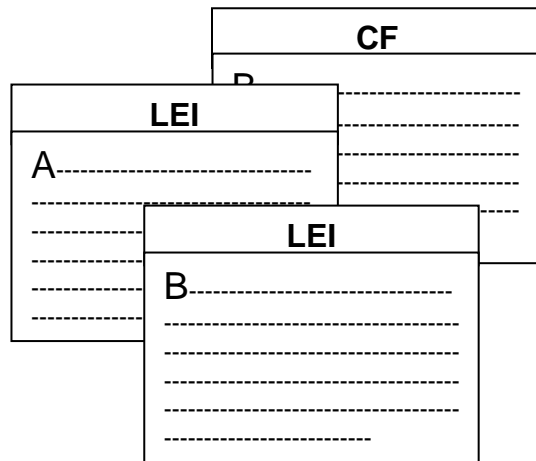
- Passou a dar grande importância para linguagem , deixou de ser uma forma de transmissão do conhecimento para ser uma forma de constituição deste próprio conhecimento.
- A palavra delimita, cria ou constitui o objeto, sem a palavra o objeto não existe.
- O conhecimento passa a ser a associação entre termos e entre palavras.
- Desta forma o que a palavra representa (objeto) é constituído linguisticamente por meio de associações linguísticas e estas associações são determinadas pelas referências culturais e pelo contexto habitado pela língua que o sujeito habita.

Percurso gerador de sentido

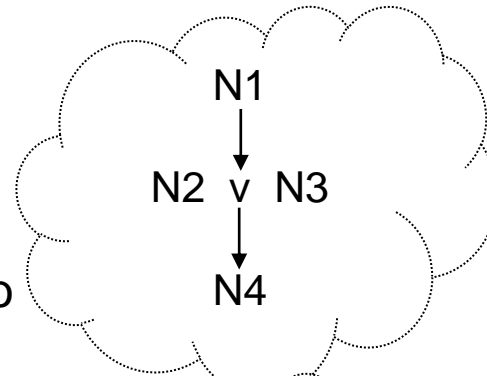
- Teoria do Constructivismo lógico e semântico – o conteúdo dos textos são construídos pelos intérpretes, de acordo com suas referências culturais e contexto que ele vivencia.
- O conteúdo não está nos textos, mas sim no intérprete.
- Intérprete – constrói a norma e não extrai o conteúdo da norma.

Percurso gerador de sentido

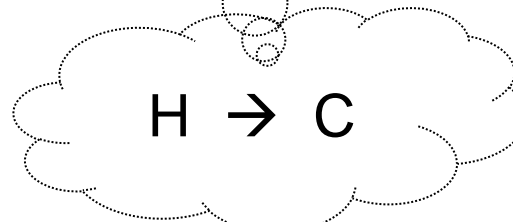
S1 - Plano da Expressão
(enunciados prescritivos)



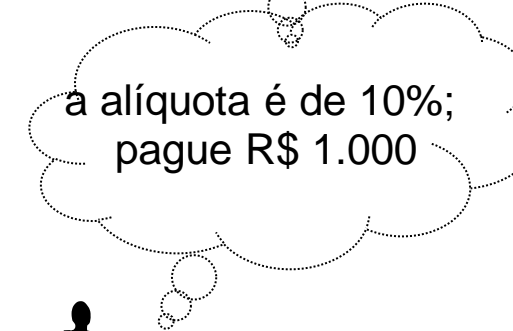
leitura



S4 - Plano da Sistematização
(relação entre normas)



S3 - Plano Normativo
(normas jurídicas)



S2 - Plano Proposicional
(significações isoladas)



interpretação

NORMA JURÍDICA - Conteúdo

SENTIDO AMPLO



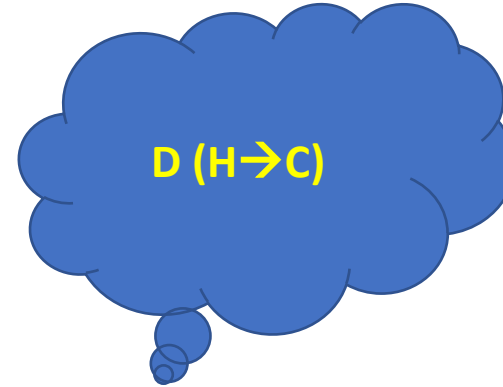
Significação construída a partir de qualquer enunciado prescritivo do direito posto, mesmo sem sentido deôntico completo .

Exs.: A alíquota é de 5%.

O Brasil é uma República Federativa

- (Planos S1 e S2)

NORMA JURÍDICA - Conteúdo



SENTIDO ESTRITO

Significação construída na forma hipotético-condicional $D(H \rightarrow C)$, a partir de enunciados prescritivos, com sentido deôntico completo.

Ex.: RMIT

Todo aquele que causar dano a outrem deverá reparar o dano

- (Planos S3 e S4)

Norma jurídica

Em sentido amplo:

- Significação obtida a partir dos enunciados prescritivos (proposição jurídica)

Em sentido estrito:

- Elemento que caracteriza o direito: estrutura homogênea $D(H \rightarrow C)$
- Heterogeneidade no preenchimento de conteúdos semânticos
- Sentido completo com caráter prescritivo: **mínimo irreduzível de manifestação do deôntico** (V, O, P)

Em sentido completo:

composta pela associação da norma em sentido estrito a uma sanção (coerção) para o caso de seu descumprimento

Classificação da Norma Jurídica

- **NGA:** descreve *in abstracto*, na sua hipótese, um fato de possível ocorrência (futuro) e, prescreve, no seu consequente, a relação jurídica imputada caso esse fato se concretize (geral). Enunciado conotativo (classes)
- **NGC:** descreve, na sua hipótese, um acontecimento identificado no tempo e no espaço (pretérito) e, no seu consequente, a conduta autorizada pelo sistema e que deverá ser obedecida por todos (geral).

Classificação da Norma Jurídica

- **NIC:** é aquela que descreve, na sua hipótese, um fato identificado no tempo/espço (**pretérito**) e, no seu consequente, prescreve a relação jurídica imputada àquele fato, entre pessoas determinadas. É um enunciado protocolar denotativo.
- **NIA:** é aquela que descreve abstratamente, na sua hipótese, um fato de possível ocorrência (**futuro**) e, no seu consequente, prescreve a relação jurídica estabelecida, ou seja, **individualiza** os sujeitos da relação..

Composição do Sistema Tributário

- Enunciados prescritivos constitucionais gerais e tributários (entre eles os relativos à **competência**)
- Enunciados prescritivos que regulam as limitações constitucionais ao poder de tributar (**imunidades**)
- Preceitos que informam valores aplicáveis à tributação (**princípios**)
- Enunciados prescritivos complementares de competência Lei n. 5.172/66 (**CTN**)
- Enunciados prescritivos complementares emitidos pelos entes competentes relativos à tributação (**legislação infraconstitucional tributária**)